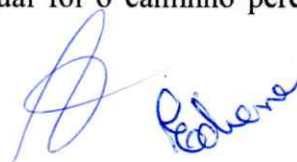


ATA 009/2023 – CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE INDIANÓPOLIS – ESTADO DO PARANÁ. Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às treze horas (13:00 horas), deu início a XIII Conferência Municipal de Assistência Social, com o tema “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos”, sob a responsabilidade da Vice-Presidente do Conselho Municipal Assistência Social, senhora Angela Galdino. A Assistente Social do Órgão Gestor da Secretaria de Assistência Social Senhora Melissa Gimael Ferreira iniciou a conferência agradecendo a presença de todos os presentes, e em seguida, convidou as autoridades para compor a mesa de honra: representando o Conselho Municipal de Assistência Social a Vice-Presidente Angela Galdino, Vice-Prefeito Municipal José Lourenço Tormena, Primeira Dama e Presidente da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância – APMI de Indianópolis: Elisângela Valéria Paleta Cordeiro, Técnico do Escritório Regional da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho: Sidney Rodrigues de Souza, Secretária de Assistência Social Adriane da Freiria Martins Lopes e a Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Maria Eunice Cecílio, agradeceu também a presença das demais autoridades: vereadora senhora Zuleide De Fátima Bronzi Bispo; Secretário Geral, Gustavo Trevisan Cordeiro; Secretário da Indústria e Comércio senhor Valder Ropelli de Menezes; Secretária de Educação Rosiani Montóia; Chefe da Cultura, Kelvis Benjamin; Secretária de saúde, Melissa Lais Gentilin Trevizan; Diretora da APAE, Clarice Rezende; Vice-Diretora do Colégio Estadual Felisberto Nunes Gonçalves Marcia Cristina de Freitas Mendonça Trevizan. Em seguida, passou para o hino nacional e o Hino do município e após convidou as crianças do Projeto Amigo sob a supervisão da educadora social Stefanie Bruna Alves Barrena da Silva para fazer uma apresentação artística, dando continuidade passou a palavra para o Técnico do Escritório Regional SEJUF/Cianorte Senhor Sidney, o mesmo cumprimentou a mesa e agradeceu a todos, falou da importância da realização desta Conferência para analisar tudo

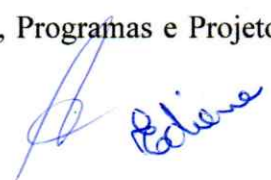
o que foi executado na área social e ainda o que falta ser aprimorado, trazendo novas propostas de serviços, projetos para um melhor atendimento à população da assistência social garantindo os seus direitos, também é preciso de mais recursos na área da assistência social para atender a todas as faixas de idade e acabar com as desigualdades sociais existentes e diminuindo a vulnerabilidade social das famílias. Por fim, agradeceu e desejou uma excelente conferência a todos. Em seguida passou a palavra para a Secretária Adriane, que cumprimentou a mesa e a todos, e falou da importância da realização desta conferência para avaliar a execução da política de assistência social de Indianópolis, além de propor novas ações, buscando a melhoria dos serviços ofertados. Em seguida, passou a palavra para o vice-prefeito, senhor José Lourenço Tormena que cumprimentou a todos e disse sobre a importância de se realizar esta conferência, sendo um momento de reflexão sobre a política de assistência social, onde propomos ideias e soluções além de elencar prioridades para os próximos anos. E desejou a todos uma conferência com muito aprendizagem e que seja muito produtiva as propostas e que possam fazer a diferença na vida daqueles cidadãos que necessitarem. E por fim, convidou a vice-presidente do CMAS senhora Angela Galdino, a qual deu as boas-vindas a todos os presentes, colocando que temos o privilégio de realizar a XIII Conferência Municipal de Assistência Social, sobre a temática da Reconstrução do SUAS e disse ainda que nesta tarde possamos discutir com excelência esta política que garante o direito do cidadão que possamos debater as propostas que irão nos auxiliar nesse e nos próximos anos. Finalizando agradeceu a presença de todos e declarou aberta a XIII Conferência Municipal de Assistência Social de Indianópolis – Estado do Paraná. Em seguida passou para o senhor Fabiano da Silva França, que fez a palestra com o Tema **“Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos”** e o Lema **“Assistência Social é direito Inalienável do Cidadão e dever intransferível do Estado”**. Iniciou, dizendo que antes de falar sobre a Reconstrução do SUAS é preciso relembrar como se chegou até aqui e qual foi o caminho percorrido.



Primeiramente, é preciso deixar bem claro que não é a Política Pública de Assistência Social que é culpada de tudo, como muitos dizem que a Assistência Social dá tudo, da Cesta Básica, do Auxílio Aluguel, Auxílio Enxoval, Auxílio Funeral, depois vem Bolsa Família, Auxílio Gás, Benefício Primeira Infância, entre outros. O que chega para a Política Pública de Assistência Social é porque todas as políticas públicas falharam. A família/pessoa não terminou os estudos, falha da política de Educação; a família/pessoa precisa de uma Cesta Básica porque usou o dinheiro para comprar remédio, porque não conseguiu o remédio na Farmácia da Saúde; a família/pessoa não tem mão-de-obra qualificada, nesse caso a política do trabalho falhou; a família/pessoa não tem onde morar, pode ser falha da política de habitação. Em seguida, falou, que após o fim da Ditadura Militar no Brasil, em 1985 (mil novecentos e oitenta e cinco), a Constituição de 1988 (mil novecentos e oitenta e oito), chamada de Constituição Cidadã, veio fortalecer os direitos dos cidadãos ao garantir seus direitos e deveres, reforçados pela liberdade individual de cada um. A Constituição de 1988 (mil novecentos e oitenta e oito), outorgada em 5 (cinco) de outubro de 1988 (mil novecentos e oitenta e oito) durante o governo de José Sarney, e que vigora até os dias atuais, apresenta a nova realidade do país, mediante um processo de redemocratização, após o término do regime militar. A Constituição Cidadã, finalmente transfere poder ao povo, porém, revela um Estado inchado, onde a figura central é o Estado, não o indivíduo. É o Estado onde paga-se “muito” impostos, mas, O Estado/Federação, deve garantir ao cidadão, os mínimos sociais: “Direito do Povo e Dever do Estado”. No art. 194 a Seguridade Social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social. No art. 203, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e



reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. A Política Pública de Assistência Social no Brasil possui uma legislação própria como: o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, 13/07/1990; Estatuto do Idoso, Lei 10.741, 01/10/2003; Lei Maria da penha, Lei 11.340, 07/08/2006; Lei Brasileira de Inclusão, Lei 13.146, 06/07/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Em seguida, explicou sobre o que é uma Conferência, ou seja, é conferir a evolução das Políticas Públicas nos últimos dois anos. Portanto, o Conselho Municipal de Assistência Social reuniu-se e conferiu as deliberações da última Conferência, e deliberou ou vai deliberar sobre o que deve voltar para a Conferência deste ano para apreciação, e sobre o que deve fazer parte do Plano Municipal de Assistência Social. Como foi dito no início da palestra, este ano a Conferência tem como tema **“Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos”** e o Lema **“Assistência Social é direito Inalienável do Cidadão e dever intransferível do Estado”**. Os cinco Eixos da Conferência foram feitos à luz do Plano Decenal, para clarear/desmitificar/implementar/implantar o Plano Decenal, portanto, não há como fazer uma boa conferência sem conhecimento do que é e para que serve o II Plano Decenal de Assistência Social 2016-2026 (dois mil e dezesseis a dois mil e vinte e dois). Porém, automaticamente os Eixos nos fazem refletir sobre o Plano Decenal, com 5 Eixos: **Eixo 1** – Financiamento: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos à garantia dos direitos socioassistenciais, contemplando as especificidades regionais do país. **Eixo 2** - Controle Social: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas. **Eixo 3** – Articulação entre segmentos: Como potencializar a Participação Social no SUAS? **Eixo 4** – Serviços, Programas e Projetos:



Universalização do acesso e integração da oferta dos serviços e direitos no SUAS. **Eixo 5**

– Benefício e transferência de renda: A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS. **Eixo 1 – Financiamento: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos à garantia dos direitos socioassistenciais, contemplando as especificidades regionais do país.** O objetivo do Eixo é o Planejamento orçamentário municipal da Política de Assistência Social; Compartilhamento de investimentos entre entes federativos; Financiamento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no SUAS; Recursos para demandas outras que possam surgir no campo socioassistencial do SUAS nos territórios. Desde de 2016 (dois mil e dezesseis) vivenciamos a desconstrução do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Houve uma diminuição de recursos destinados e paralelo a isso, vivemos e sobrevivemos a Pandemia de Covid 19, não é preciso falar sobre, está viva na memória de todos. A desconstrução brutal do SUAS foi tamanha que para o ano de 2023 (dois mil e vinte e três), foi feito um corte de 98% dos recursos do SUAS, ou seja, se não houvesse uma mudança de governança no país o SUAS não existiria mais. No Plano Decenal 2016-2026, está previsto: Alcançar 80% (oitenta por cento) dos profissionais efetivados na gestão pública da assistência social; concurso público para o município nos próximos 10 (dez anos) anos; ampliar a participação dos entes federados no pagamento de profissionais do SUAS; definir parâmetros para a participação dos entes federados no cofinanciamento do SUAS, considerando os serviços e de apoio à gestão; Instituir o Sistema Nacional de Monitoramento do SUAS, Implantar Vigilância Socioassistencial no município. Para as questões acima mencionadas a melhor saída ainda é a PEC 383/2017: O governo federal terá que aplicar anualmente, pelo menos, 1% (um por cento) da receita corrente líquida (RCL) da União, prevista para o ano, no financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A tramitação da proposta



segue em discussão na Câmara dos Deputados. Temos que ter a garantia do recurso pactuado e respeitado nas três esferas do governo tem que ficar muito claro qual a responsabilidade do Governo Federal - Estadual - Municipal. Portanto, não adianta pedir aumento de recursos, aumento de piso sem a garantia do cofinanciamento. No **Eixo 2 - Controle Social: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas**. Comentou sobre a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS que tem como diretrizes a Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Também apontou, sobre a importância de fortalecer 100% (cem por cento) dos conselhos e as conferências com os princípios e diretrizes emanadas de uma construção democrática e participativa instituindo a secretaria executiva dos conselhos, ampliando e aprimorando as ações de capacitação e de formação com base nos princípios e diretrizes da Educação Permanente do SUAS, fomentando a Rede Nacional de Educação Permanente do SUAS nos três entes federativos União - Estado - Município. Instituir normativa específica para o apoio técnico, ancorada nos princípios da gestão compartilhada, descentralizada, democrática e participativa; alcançando 100% (cem por cento) dos Conselhos de Assistência Social com a participação dos trabalhadores e dos usuários na gestão e no controle social do SUAS; Instituir parâmetros para a relação do SUAS com o Sistema de Justiça e Sistema de Garantia de Direitos, visando o estabelecimento de fluxos e protocolos de referenciamento e delimitação de competências. A população de um modo geral não compreende a dimensão da política pública de assistência social, desse modo, é preciso criar estratégias para que a população se interesse por essa política para de fato exercer o Controle Social. Para que a população de fato participe na elaboração do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA, e, participe na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social - PMAS, é preciso primeiro despertar neles a importância da sua participação e incidência no Controle Social.



Também, é preciso ter uma Secretaria Executiva empoderada, com conhecimento que realmente faça a diferença, tenha tempo para se dedicar ao trabalho, ao estudo e atendimento aos Conselheiros e Usuários, lembrando que ninguém aprende sobre a política de assistência social em 4 (quatro) ou 8 (oito) horas, a capacitação tem que ser permanente. Mais importante no Controle Social primeiro garantir a participação efetiva do usuário, com capacitação permanente, e que, as demandas do usuário sejam apresentadas de uma forma concreta, outro desafio é a participação qualificada dos trabalhadores do setor. No

Eixo 3 – Articulação entre segmentos: Como potencializar a Participação Social no SUAS? A gestão da assistência social exige o fortalecimento dos canais de diálogo entre o Estado e os diferentes segmentos da Sociedade Civil. É necessário o compromisso da parte de todos os segmentos que compõem o controle social do SUAS, incluindo planejamento criterioso, previsibilidade de recursos e compartilhamento de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo. É de suma importância, ainda, a articulação entre os vários segmentos que compõem a sociedade civil. Potencializar e fomentar a intersetorialidade, como estratégia de gestão, visando ampliar as ofertas da Assistência Social em integração com as Políticas de Educação, Saúde, Trabalho, Habitação, Cultura, Esporte, Direitos Humanos, Segurança Alimentar, Meio Ambiente, dentre outras, de modo a permitir o acesso aos direitos sociais básicos e a Ampliação de oportunidades às famílias pobres e marcadas por vulnerabilidades e violação de direitos; Aprovar e garantir a efetiva implantação e implementação da lei do SUAS – Sistema Único De Assistência Social e implantar a Vigilância Socioassistencial. Identificar e possibilitar, a todas as crianças, adolescentes e jovens com deficiência fora da escola, de famílias inseridas no Cadastro Único, acesso e permanência no Sistema de Ensino, para além dos beneficiários do BPC, ampliando e aprimorando o Programa BPC na Escola. Cada política pública tem a responsabilidade de dar conta de suas atribuições. No **Eixo 4 – Serviços, Programas e Projetos: Universalização do acesso e integração da oferta dos serviços e direitos no**



SUAS. É de responsabilidade dos municípios que estão no Plano Decenal a Garantia de Proteção Social Básica e Especial no SUAS: serviços, programas e projetos. Os marcadores sociais na atenção socioassistencial do SUAS são: pessoas em situação de rua, refugiadas/os, migrantes, população LGBTQIAPN+[6], pessoas e famílias vítimas de violência, pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres, povos originários e Comunidades Tradicionais, crianças e adolescentes, jovens e os contextos de calamidade pública e emergências, além, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e sua intersecção com o SUAS. Também, é importante qualificar e alcançar 100% (cem por cento) dos municípios com oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, além, de aumentar o número de vagas disponíveis alcançando um maior número de pessoas que precisarem dos serviços. É preciso centralizar nas populações que eventualmente não são atendidas e protegidas no município identificando qual é a população que precisa ser alcançada com mais êxito, ou a que não tem visibilidade na política pública municipal, sendo o momento de avaliar o que existe, e, levantar o que é necessário para continuar progredindo. No **Eixo 5 - Benefício e transferência de renda:** **A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS.** Falou sobre a importância dos benefícios de transferência de renda no SUAS; caracterização das rendas de natureza assistenciais: benefícios estáveis e/ou continuados, benefícios eventuais e outras transferências. É preciso enquadrar as rendas assistenciais no conjunto de bens públicos destinados à proteção social, adotando como critério o fundamento que a organiza sob a lógica do atendimento “a quem dela necessitar”. Todos os benefícios (cesta básica) de natureza assistencial, em qualquer nível de governo, precisam integrar a política de assistência social da instância correspondente e sua aprovação deve ser objeto de apreciação e deliberação dos respectivos Conselhos de Assistência Social. Faz-se necessário uma articulação entre o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e o CRAS para operacionalização do

BPC universalizando o acesso ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, alcançando 7% (sete por cento) da população idosa sem cobertura de segurança de renda (contributiva e não contributiva) e as pessoas com deficiência, conforme critérios estabelecidos na Lei Brasileira de Inclusão; Consolidar o Cadastro Único para Programas Sociais na gestão do SUAS e qualificar a equipe permanentemente com capacitação sobre os sistema de condicionalidades. O Benefício de Transferência de Renda se divide em: Benefícios Permanentes e em Benefícios Eventuais. É preciso analisar como está a distribuição do Auxílio Alimentação, Auxílio Natalidade, Aluguel Social, e outros benefícios no município, observando se a cesta básica está sendo suficiente ou se faz necessário implantar hortas comunitárias para ajudar na alimentação dos usuários e se o município consegue dar conta de suprir a demanda existente com os recursos disponíveis. Também comentou, que é preciso rever se os Benefícios de Auxílios em Catástrofe/Tempestade/Incêndio estão regulamentados no município e que o Programa Bolsa família é um benefício eventual, não é permanente, não é para sempre, não é para todos, tem recorte de renda, agora definitivamente esclarecido que é de 218,00 (duzentos reais) per capita, é para quem tem essa renda, não é porque é auto declaratório que a pessoa vai inventar renda, atualmente já cruza os dados cadastrados com o Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS. Por outro lado, os Benefícios permanentes: Benefício de Prestação Continuada, esse benefício é quase permanente, se muda a renda cessa o benefício, é preciso divulgar no município para que todos possam saber a quem procurar e qual é o papel da Assistente Social e do INSS, todos precisam saber que precisam estar com o Cadastro Único atualizado para receber e permanecer com o benefício. Em seguida, a assistente social Melissa agradeceu a fala do palestrante e logo após, deu-se início a apresentação das propostas que foram elaboradas por cada segmento iniciando a discussão das propostas de cada eixo. **Eixo 1- Financiamento: Financiamento e orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes**

federativos à garantia dos direitos socioassistenciais, contemplando as especificidades regionais do país. Propostas para o Município 1) Fixar o percentual de no mínimo 8% nas três esferas do orçamento para aplicação de recursos financeiros à política de Assistência Social; **2)** Garantir nos orçamentos públicos municipal, estadual e federal, recursos financeiros que contemplem os programas, projetos e serviços socioassistenciais já existentes e conforme a realidade de cada município. **Propostas para o Estado: 1)** Fixar o percentual de no mínimo 8% nas três esferas do orçamento para aplicação de recursos financeiros à política de Assistência Social. **2)** Garantir nos orçamentos públicos municipal, estadual e federal, recursos financeiros que contemplem os programas, projetos e serviços socioassistenciais já existentes e conforme a realidade de cada município. **3)** Garantir no orçamento público recursos financeiros para custeio de equipes técnicas aos equipamentos do SUAS, conforme legislação vigente. **Proposta para a União: 1)** Fixar o percentual de no mínimo 8% nas três esferas do orçamento para aplicação de recursos financeiros à política de Assistência Social. **2)** Reajustar todos os repasses de recursos financeiros oriundos do Governo Federal junto aos municípios por meio dos programas, Projetos e Serviços Socioassistenciais. **3)** Garantir nos orçamentos públicos municipal, estadual e federal, recursos financeiros que contemplem os programas, projetos e serviços socioassistenciais já existentes e conforme a realidade de cada município. **4)** Manter os recursos financeiros dos programas do Governo Federal conforme a atualização dos cadastros nos municípios. **5)** Garantir no orçamento público recursos financeiros para custeio de equipes técnicas aos equipamentos do SUAS, conforme legislação vigente. **Eixo 2: Controle Social: Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social com diretrizes democráticas e participativas. Propostas para o Município: 1)** Implantar educação permanente aos conselheiros municipais e trabalhadores do SUAS. **2)** Criar cargo exclusivo do Secretário Executivo de todos os conselhos pertinentes a política de Assistência Social. **3)** Capacitar todos os “Agentes Políticos” dos entes federados para

  9

terem conhecimento das normativas da política de Assistência Social/SUAS. **Propostas para o Estado:** 1) Financiar as capacitações a todos os conselheiros municipais por meio de cursos presenciais oferecidos pelo Governo: Federal e Estadual e retomar o plano de capacitação do SUAS por meios do CAPACITA SUAS presencial aos conselheiros municipais e trabalhadores do SUAS. 2) Capacitar todos os “Agentes Políticos” dos entes federados para terem conhecimento das normativas da política de Assistência Social/SUAS. **Propostas para a União:** 1) Financiar as capacitações a todos os conselheiros municipais por meio de cursos presenciais oferecidos pelo Governo: Federal e Estadual e retomar o plano de capacitação do SUAS por meios do CAPACITA SUAS presencial aos conselheiros municipais e trabalhadores do SUAS. 2) Capacitar todos os “Agentes Políticos” dos entes federados para terem conhecimento das normativas da política de Assistência Social/SUAS. **Eixo 3: Articulação entre segmentos: Como potencializar a Participação Social no SUAS? Propostas para o Município:** 1) Instruir os beneficiários do SUAS sobre a política de Assistência Social nas reuniões que acontecem nos equipamentos. 2) Articular ações em busca de melhorias nas ofertas de serviços para a população e melhores condições aos trabalhadores por meio do poder público e sociedade civil. 3) Promover através de palestras o tema Assédio Moral aos gestores e aos funcionários públicos em geral (concursados e comissionados) e desenvolver estratégias de sensibilização para intervenções preventivas, ou de enfrentamento. 4) Melhorar as estruturas dos equipamentos dos SUAS que ofertam serviços de convivência para que os participantes se sintam acolhidos e tenham atendimentos com qualidade. 5) Viabilizar um motorista e mais um veículo para que o fluxo do trabalho na Assistência Social haja de forma a atender necessidades dos trabalhadores do SUAS e usuários. **Proposta para o Estado:** 1) Promover através de palestras o tema Assédio Moral aos gestores e aos funcionários públicos em geral (concursados e comissionados) e desenvolver estratégias de sensibilização para intervenções preventivas, ou de enfrentamento. **Proposta**

 9

para a União: 1) Promover através de palestras o tema Assédio Moral aos gestores e aos funcionários públicos em geral (concursados e comissionados) e desenvolver estratégias de sensibilização para intervenções preventivas, ou de enfrentamento. **Eixo 4 – Serviços, Programas e Projetos: Universalização do acesso e integração da oferta dos serviços e direitos no SUAS. Propostas para o Município:** 1) Instruir equipes municipais de forma unificada com relação aos benefícios Estaduais e Federais que garantem a atuação do SUAS em situação de calamidade pública ou emergencial. 2) Garantir que o acesso aos auxílios emergenciais seja prático e utilizado em qualquer momento de vigência dando autonomia aos profissionais para avaliar a necessidade ou não. 3) Assegurar cofinanciamento pelas 3 (três) esferas de Governo para manter os equipamentos do SUAS Municipal, efetuando a universalização do atendimento aos usuários seja na Proteção Social Básica e Especial inclusive nas situações de calamidade pública ou emergencial. 4) Propor um plano de ação para que seja fiscalizado os lugares que possam ser atingidos por chuvas fortes com tempestades, de modo a prevenir estragos maiores em situações que possam vir ocorrer alguma ação emergencial. **Propostas para o Estado:** 1) Desburocratizar os repasses de recursos financeiros destinados para a execução dos serviços em situação de calamidade pública ou emergencial. 2) Garantir que o acesso aos auxílios emergenciais seja prático e utilizado em qualquer momento de vigência dando autonomia aos profissionais para avaliar a necessidade ou não. 3) Assegurar cofinanciamento pelas 3 (três) esferas de Governo para manter os equipamentos do SUAS Municipal, efetuando a universalização do atendimento aos usuários seja na Proteção Social Básica e Especial inclusive nas situações de calamidade pública ou emergencial. 4) Propor um plano de ação para que seja fiscalizado os lugares que possam ser atingidos por chuvas fortes com tempestades, de modo a prevenir estragos maiores em situações que possam vir ocorrer alguma ação emergencial. **Proposta para a União:** 1) Assegurar cofinanciamento pelas 3 (três) esferas de Governo para manter os equipamentos do SUAS

Municipal, efetuando a universalização do atendimento aos usuários seja na Proteção Social Básica e Especial inclusive nas situações de calamidade pública ou emergencial.

Eixo 5) Benefício e transferência de renda: A importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS. Propostas para o Município:

1) Capacitar todos agentes do Cadastro Único para atualização de dados e alimentação do sistema; bem como, atualizar o Cadastro Único de forma contínua para melhor oferta de benefícios, programas, projetos e serviços socioassistenciais aos usuários e avaliação se houve promoção na vida das pessoas já beneficiadas. **2)** Efetivar por meio de concurso público a equipe mínima do CRAS, da Secretaria Assistência Social, conforme NOB SUAS; (complementar) e incluir na Legislação Vigente. **3)** Rever e Atualizar a legislação municipal em relação a concessão de benefícios eventuais no município para que os serviços prestados não sejam banalizados ou retroceda em assistencialismo. **4)** Propor qualificação, ampliação e melhoria na execução dos serviços socioassistenciais.

Proposta para o Estado: **1)** Capacitar todos agentes do Cadastro Único para atualização de dados e alimentação do sistema; bem como, atualizar o Cadastro Único de forma contínua para melhor oferta de benefícios, programas, projetos e serviços socioassistenciais aos usuários e avaliação se houve promoção na vida das pessoas já beneficiadas. **Proposta para a União:** **1)** Propor qualificação, ampliação e melhoria na execução dos serviços socioassistenciais.

Em seguida foi referendado os delegados para representar o município na Conferência Estadual com a vaga destinada a Não-Governamental, sendo: Delêgado **Titular: Marcos Benedito Cólis e Suplente:**

Elisangela Valéria Paleta Cordeiro. Durante a Plenária, houve boa participação dos presentes e também dos conselheiros na elaboração e aprovação das propostas. Na sequência foi referendado os novos membros do conselho municipal de assistência social para o biênio 2023/2025, sendo: **Representação governamental:** Secretaria de

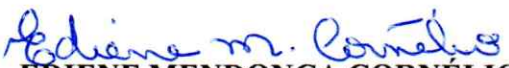
Assistência social: Titular: Vanessa Ferreira da Silva e Suplente: Elisângela Paulino da



Silva. Secretaria de Educação e Cultura: Titular: Vilaine Aparecida Bronzi e Suplente: Joselene Colombo dos Santos Menezes. Secretaria de Fazenda e Finanças: Titular: Leandro Rossi e Suplente: Celi Rezende Quiles. Secretaria de Saúde: Titular: Valquiria Rodrigues de Medeiros e Suplente: Nádia Daiani Fonseca. Secretaria da Indústria, Comércio e/ou Trabalho: Titular: Valder Ropelli de Menezes e Suplente: Fernando Ribeiro Bernardo Carrara. **Representação Não-Governamental:** Pastoral da Criança: Titular: Marcos Benedito Cólis e Suplente: Esther Batista Charnoski Pereira. Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Idoso – APMII: Titular: Elisângela Valéria Paleta Cordeiro e Suplente: Maria Polinário Patricio da Costa. Associação de Pais e Amigos dos excepcionais – APAE: Titular: Sônia Aparecida Martins Ribeiro e Suplente: Valéria Fernanda Patrício Valoto. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Indianópolis: Titular: Gisélia Maria dos Santos Custódio e Suplente: Alícia Ferreira Gomes de Freitas. Beneficiários de Programas de Transferência de Renda - Bolsa Família: Titular: Maria Edileuza da Silva Dias e Suplente: Izaqueu Antônio da Silva. Logo após, a senhora Melissa, agradeceu a todos os presentes e desejou um bom retorno para seus lares em nome do Conselho Municipal de Assistência Social de Indianópolis. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a XIII Conferência Municipal de Assistência Social de Indianópolis, e eu Ediene Mendonça Cornélio lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pela vice-presidente e segue acompanhada pela lista de presença.

Obs. Referente a Ata 0092023 do CMAS realizada no dia 25/06/2023.


ANGELA GALDINO
Vice- Presidente do CMAS


EDIENE MENDONÇA CORNÉLIO
Secretária Executiva



13ª Conferência Municipal de Assistência Social
“Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos!”
INDIANÓPOLIS-PR
21/06/2023



**LISTA DE PRESENÇA DOS PARTICIPANTES DA 13ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE INDIANÓPOLIS-Pr**

Nº	NOME	RG ou CPF	Segmento que representa	FONE	Assinatura
01	Luiza V. Dias		☒ Usuário () Entidade		
02	Maria Goreide da S. Muzzi		() Trabalhador () Gov.		
03	Gonia Gpe Martin Ribeiro	436347887-60	☒ Usuário () Entidade		
04	Israel de Araujo Lima	30855954843	() Trabalhador () Gov.		
05	Francisca Paulino da Silva		☒ Usuário () Entidade	984075474	
06	Sidneia Casteline	4384453-9	() Trabalhador () Gov.	984084600	
07	Elisângela P. Cordiro	64780220	☒ Usuário () Entidade	998921209	
08	Maiara de Souza		() Trabalhador () Gov.	984281517	
09	Cina Cardina da Silva		☒ Usuário () Entidade		
10	Célio Barbosa		() Trabalhador () Gov.		
11	Walmilton Garcia		☒ Usuário () Entidade		
12	Juvenil		() Trabalhador () Gov.		



13ª Conferência Municipal de Assistência Social
“Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos!”
INDIANÓPOLIS-PR
21/06/2023



LISTA DE PRESENÇA DOS PARTICIPANTES DA 13ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDIANÓPOLIS-PR

Nº	NOME	RG ou CPF	Segmento que representa	FONE	Assinatura
13	Maria de J. Daque	161.201.888-55	() Usuário () Entidade () Trabalhador (X) Gov.	98422 1787	Maria
14	Daniela dos Santos Lima	135.325.384-82	(X) Usuário () Entidade () Trabalhador () Gov.		Daniela
15	Apeliza da Silva Lima		(X) Usuário () Entidade () Trabalhador () Gov.	984-29-66-99	Apeliza
16	Melissa Gimae Ferreira	63938300	() Usuário () Entidade (X) Trabalhador () Gov.	998972071	Melissa
17	Stephanie D.C. S. Silo	10.690.526-6	() Usuário () Entidade () Trabalhador (X) Gov.		Stephanie
18	Sandra K. Gouveia R. Silva	4.235.290-9	() Usuário () Entidade () Trabalhador (X) Gov.	984341790	Sandra
19	Rosiane Montan	6.831.482-8	() Usuário () Entidade (X) Trabalhador (X) Gov.	984327027	Rosiane
20	Elaine Rodrigues dos Santos		(X) Usuário () Entidade () Trabalhador () Gov.	9846162-77	Elaine
21	Alcides Rapazzi de Menezes	3.420.769-0	() Usuário () Entidade () Trabalhador (X) Gov.	984125999	Alcides
22	Apresentado Bortolazzo Silva		(X) Usuário () Entidade () Trabalhador () Gov.	988126336	
23	Keresneka Massueto Lima	03175178995	() Usuário () Entidade () Trabalhador () Gov.	984641458	
24	Isidra Maria dos Santos Custodio	14.216.220-6	() Usuário (X) Entidade () Trabalhador () Gov.	998076117	Isidra



13ª Conferência Municipal de Assistência Social
"Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos!"
INDIANÓPOLIS-PR
21/06/2023



LISTA DE PRESENÇA DOS PARTICIPANTES DA 13ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDIANÓPOLIS-Pr

Nº	NOME	RG ou CPF	Segmento que representa	FONE	Assinatura
25	Francinete P. da Silva		(x) Usuário () Entidade () Trabalhador () Gov. () Usuário (x) Entidade	984223657	Francinete P. da Silva
26	Maria P. Patrício de Costa	3243 406-5	() Trabalhador () Gov. () Usuário (x) Entidade	984 234145	x [assinatura]
27	Edson de Souza	8415.773-2	() Trabalhador () Gov. () Usuário (x) Entidade	984234145	x ADRIANO
28	Eder Malagães		() Trabalhador () Gov. () Usuário (x) Entidade		x [assinatura]
29	Alvi Centunes		() Trabalhador () Gov. () Usuário (x) Entidade		x [assinatura]
30	Sora Ferreira de Silva		() Trabalhador () Gov. () Usuário (x) Entidade		x [assinatura]
31	Leineu Custódio		() Trabalhador () Gov. () Usuário (x) Entidade		x [assinatura]
32	Valeria Fernando P. Valente	050 766 999-13	() Trabalhador () Gov. () Usuário (x) Entidade	98416 7764	x [assinatura]
33	Clarice S. Rende Costa	3212490-9	() Trabalhador () Gov. () Usuário () Entidade	984158855	x [assinatura]
34	Zulide de S. Bronze Lima	033 145 729-64	() Trabalhador (x) Gov. (x) Usuário () Entidade	984126771	[assinatura]
35	Pedro Osório	331 315 119-15	() Trabalhador () Gov. (x) Usuário () Entidade	984366510	x Pedro Osório
36	Uralina Perceite da Costa	747 802 559-53	() Trabalhador () Gov.		Uralina B S



13ª Conferência Municipal de Assistência Social
“Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos!”
INDIANÓPOLIS-PR
21/06/2023



**LISTA DE PRESENÇA DOS PARTICIPANTES DA 13ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE INDIANÓPOLIS-Pr**

Nº	NOME	RG ou CPF	Segmento que representa	FONE	Assinatura
37	Alex Corduro da mata	7.710.055-5	() Usuário () Entidade () Trabalhador (x) Gov.	(44) 99912-0574	
38	Amelia de morais		(x) Usuário () Entidade () Trabalhador () Gov.	98437 45 08	Amelia
39	Elisângela P. de Talha	93045452	() Usuário () Entidade () Trabalhador (x) Gov.	99842 90 63	Elisângela Paulino da Silva
40	Debora Ep: Saune	106469458	() Usuário () Entidade () Trabalhador (x) Gov.	9910818 90	Saune
41	Ediane Paulino Lindete		(x) Usuário () Entidade () Trabalhador () Gov.	98946 14 35	Ediane L. A.
42	Orleto Souza Filho	81451146934	(x) Usuário () Entidade () Trabalhador () Gov.	991354144	Orleto Silva
43	Lucelina M. Soares		() Trabalhador () Gov. () Usuário () Entidade	3674-1732	Lucelina
44	Nicksondra Alcantara		() Trabalhador (x) Gov. (x) Usuário () Entidade	Lucelina	mo
45	Maria de L. Martins		() Trabalhador () Gov. (x) Usuário () Entidade	984298069	x Maria Luiza Martins
46	Helinda Lonetta		() Trabalhador () Gov. (x) Usuário () Entidade	984381552	Helinda
47	Bruna Alcantara	093.373.909-57	() Trabalhador () Gov. (x) Usuário () Entidade	9 99911426	x Brunna Alcantara
48	Geroldo Cavallo de Souza		() Trabalhador () Gov.		x GERALDO



13ª Conferência Municipal de Assistência Social
“Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos!”
INDIANÓPOLIS-PR
21/06/2023



LISTA DE PRESENÇA DOS PARTICIPANTES DA 13ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDIANÓPOLIS-Pr

Nº	NOME	RG ou CPF	Segmento que representa	FONE	Assinatura
49	Jania Nelsi	03378150971	() Usuário (x) Entidade	984212008	Jania Nelsi
50	Maria Gr. Domingos		() Trabalhador () Gov. (x) Usuário () Entidade		Maria
51	Luana Maria Bente	13115050403	() Trabalhador () Gov. (x) Usuário () Entidade	999819896	Luana
52	Domingos Nassulo		() Trabalhador () Gov. () Usuário () Entidade		Domingos
53	Melissa Trevizan	648335317	() Trabalhador (x) Gov. (x) Usuário () Entidade	984071993	Melissa
54	Maria Judite Andrade		() Trabalhador () Gov. () Usuário () Entidade		M.A.
55	Marcia C. F. M. Trevizan	43637568	() Trabalhador (x) Gov. (x) Usuário () Entidade	984565035	Marcia
56	Pedro Renato dos Santos		() Trabalhador () Gov. () Usuário () Entidade		N.A.
57	Andressa Lopes de Almeida	03485575909	() Trabalhador (x) Gov. () Usuário () Entidade	998254428	Andressa B. Oliveira Martins
58	Monica Local Fuzim	69916317	() Trabalhador (x) Gov. () Usuário () Entidade	984334188	Monica B. Fuzim
59	Jucileide Soares Silve	97508275	() Trabalhador (x) Gov. () Usuário () Entidade	984148238	Jucileide
60	Patricia Gr. Martins	90385170	() Trabalhador (x) Gov.	984289224	Patricia



13ª Conferência Municipal de Assistência Social
“Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos!”
INDIANÓPOLIS-PR
21/06/2023



LISTA DE PRESENÇA DOS PARTICIPANTES DA 13ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDIANÓPOLIS-Pr

Nº	NOME	RG ou CPF	Segmento que representa	FONE	Assinatura
61	Marcos Benedito Colin	10.770.5147	() Usuário ☒ Entidade	1441984269929	
62	Sergio S. Salmo	15583978848	() Trabalhador () Gov.	491398223675	
63	Maria E. Medeiros	91394.392-9	() Trabalhador ☒ Gov.		
64	Lidner Souza	3629-5258	() Usuário () Entidade		
65	Vani - M. Vassant Gomes	03311426940	() Trabalhador () Gov.		
66	Ediene M. Lomato	072.936.089-00	() Usuário () Entidade	994 48 2436	
67	Viviane Faria de Silva	10.089.751-2	() Trabalhador ☒ Gov.	999.205563	
68	Rosana C. Martins	5441507-9	() Usuário () Entidade	997112570	
69	Sueli Garcia	034 013 929-30	() Trabalhador ☒ Gov.	984230270	
70	Arlindo Nias		() Trabalhador () Gov.		
71	Denis Silva	07911639973	() Usuário () Entidade	998336760	
72	Nadia Zairani	007-97423950	() Trabalhador ☒ Gov.	984428450	

Nº	NOME	RG ou CPF	Segmento que representa	FONE	Assinatura
73	Rozilma Teodoro dos Santos	914.568.279-87	() Usuário () Entidade () Trabalhador (x) Gov.	984357734	[Signature]
74	José Lourenço Lemos	528.836.049-91	() Usuário () Entidade () Trabalhador (x) Gov.	999.237615	[Signature]
75	Keris Thompson Gomes	69891218	() Usuário () Entidade () Trabalhador (x) Gov.	399034166	[Signature]
76	Amaral f matheus Lopes	6704887-3	() Usuário () Entidade () Trabalhador (x) Gov.	9-8948-1474	[Signature]
77	Esther Batista	61800511	() Trabalhador () Gov. () Usuário () Entidade () Trabalhador () Gov. () Usuário () Entidade () Trabalhador () Gov. () Usuário () Entidade () Trabalhador () Gov. () Usuário () Entidade () Trabalhador () Gov. () Usuário () Entidade () Trabalhador () Gov. () Usuário () Entidade () Trabalhador () Gov.		Esther